

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.597.013 - PR (2016/0107910-8)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : FAZENDA NACIONAL  
**RECORRIDO** : R.A CASTRO GREIDANUS - SERVICOS AGRICOLAS - EPP  
**ADVOGADO** : EDUARDO ROOS ELBL E OUTRO(S) - PR045552

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela FAZENDA NACIONAL, mediante o qual se impugna acórdão, proferido do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. DCTF RETIFICADORA. INTEMPESTIVIDADE. INDEFERIMENTO ADMINISTRATIVO.

Não é possível que o preenchimento incorreto do PER/DCOMP ou a intempestividade de outro documento necessário à consolidação da homologação, por si só, obste o direito de crédito do contribuinte" (fl. 367e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 381/385e).

No Recurso Especial, aviado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação aos arts. 535, II, do CPC/73, 170 do CTN e 832 do Decreto-lei 3.000/2009 (sic).

Sustenta-se, em síntese, o seguinte:

"O contribuinte foi optante do Simples Nacional entre 2001 e 2003, tendo sido excluída por Ato Administrativo praticado pela Receita Federal do Brasil, com efeitos retroativos a 2002. A exclusão desse regime simplificado de arrecadação de tributos deu-se em razão de ter sido identificado que seu sócio participava de mais uma empresa e que o faturamento de ambas era superior ao limite estipulado em lei para enquadramento no SIMPLES.

A empresa alega que em razão disso apresentou diversos pedidos de compensação para que o montante que recolheu na sistemática do simples fosse alocado ao que seria devido pelo lucro presumido. Porém, reconhece que não apresentou as declarações de ajuste anual retificadoras com a opção pelo lucro presumido.

Portanto, importante frisar, no sistema, constava ainda sua declaração do SIMPLES e nenhuma declaração como optante pelo lucro presumido.

Como não regularizou sua situação fiscal, seus pedidos de compensação foram indeferidos por não constar no sistema o suposto crédito, tendo somente apresentado a declaração retificadora quando decorridos mais de cinco anos da sua exclusão do SIMPLES, razão pela qual se considerou decaído seu direito de assim proceder" (fl. 397e).

Aduz-se, ainda, que o acórdão recorrido padeceria de omissão, porque teria desconsiderado a existência de norma expressa no sentido da necessidade de prévia regularização fiscal, por parte do contribuinte, para que seus pedidos de compensação pudessem ser deferidos.

Requer-se, por fim, "FACE AO EXPOSTO, requer a Fazenda Nacional seja provido o presente recurso especial para os seguintes fins: a) retornarem os autos ao TRF da 4ª Região a fim de que a Turma de origem aprecie os embargos declaratórios aviados pela União, restaurando-se, com isso, a plena vigência do artigo 535 do CPC; b) superada a questão do artigo 535 do CPC, ser reformado o acórdão regional, porquanto negou vigência aos dispositivos legais acima nominados, consoante expendido nos itens supra" (fl. 400e).

Contrarrazões às fls. 409/413e.

Recurso Especial admitido (fl. 416e).

A irresignação não merece prosperar.

Não há de se cogitar de omissão, no acórdão recorrido.

Com efeito, o que a ora recorrente denomina de omissão consiste, na verdade, em divergência acerca do conteúdo e da finalidade dos dispositivos legais aplicáveis na espécie. Divergência dessa natureza desafia, em tese, recurso à superior instância, não Embargos de Declaração.

No mérito propriamente dito, melhor sorte não colhe o Especial.

A uma, porque o art. 170 do CTN não foi examinado, sequer implicitamente, pelo Tribunal de origem. De aplicar, portanto, no ponto, a Súmula 211/STJ.

A duas, porque o art. 832 do Decreto 3.000/99 (note-se que há erro material, no recurso, na indicação do dispositivo) não pode ser alvo de discussão, em sede de Especial, uma vez que não se caracteriza como lei federal.

Outrossim, não fosse isso tudo bastante, impende observar que o fundamento do acórdão recorrido, no sentido de que "se a contribuinte tivesse seu pedido de compensação analisado em tempo razoável, não teria transcorrido o lustro apontado pela ré" (fls. 364/365e), deixou de ser adequadamente impugnado, no Recurso Especial, pelo que aplicável, ainda, a Súmula 182/STJ, por analogia.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, conheço em parte do Recurso Especial e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Sem honorários recursais. Acórdão publicado na vigência do CPC/73.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora